

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 38.301 - SP (2019/0181385-2)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECLAMANTE : LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A
ADVOGADOS : HÉLIO YAZBEK - SP168204
SAMANTHA MARTONI PIRES GABRIEL - SP286761
ALEX SANDRO PAULO BARRETO - SP237276
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : PETER MINUTENTAG
ADVOGADO : ANDRÉA KARINA GUIRELLI LOMBARDI - SP130658

EMENTA

CONSTITUCIONAL. RECLAMAÇÃO. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. HIPÓTESES DE CABIMENTO. AUSÊNCIA. PEDIDO IMPROCEDENTE.

DECISÃO

LPS BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A (LPS) propôs esta reclamação pretendendo cassar julgado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A reclamante alegou, em suma, que *pretende que seja corretamente aplicada à discussão a tese adotada por este C. STJ quando do julgamento do REsp nº 1.599.511/SP – que, julgado a partir do previsto pelo artigo 1.036 e seguintes do CPC, decidiu pela validade da cláusula negocial que transfere para adquirentes de bens imóveis em estandes de vendas o ônus de pagamento direto das verbas de corretagem imobiliária* (e-STJ, fl. 4).

A liminar postulada foi indeferida (e-STJ, fls. 688/690).

Às fls. e-STJ 711/751, foram prestadas informações.

Ouvido, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da reclamação (e-STJ, fls. 752/756).

Este, em síntese, o relatório.

DECIDO.

De acordo com o art. 187 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, para preservar a competência do Tribunal ou garantir a autoridade de suas decisões, caberá reclamação da parte interessada.

Com a entrada em vigor do NCPC, o art. 988 reproduziu nos incisos I e II o dispositivo regimental.

Acresceu, ainda, a garantia da observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de

Superior Tribunal de Justiça

assunção de competência.

Sucedee que do exame dos autos não se constata a existência de decisão desta Corte proferida em benefício de LPS cuja autoridade esteja sendo desrespeitada, de modo a autorizar o processamento da presente reclamação a fim de garanti-la.

Relativamente à usurpação da competência, o Tribunal reclamado agiu nos exatos limites de sua jurisdição sem nenhuma invasão à área de atuação desta Corte.

A reclamação sustentou, em síntese, que o acórdão reclamado *contrariou frontalmente a tese fixada por este C. STJ quando do julgamento do REsp nº 1.599.511/SP, julgado sob o rito dos repetitivos*, porque a Corte paulista manteve a devolução das comissões de corretagem (e-STJ, fl. 5).

Ocorre, todavia, que aqui nesta Corte Superior já se decidiu que a reclamação não se presta para compelir os Tribunais de Apelação a aplicarem, na apreciação de questões semelhantes, eventual tese firmada por esta Corte - mesmo que em recurso repetitivo - (AgInt na Rcl 28.688, Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe de 29/8/2016).

Cumpre referir, ainda, a propósito do acórdão do Tribunal paulista, que esta Corte possui entendimento de que a reclamação não pode substituir o recurso cabível na origem, que, por sinal, foi interposto (e-STJ, fl. 714).

Nesse sentido:

RECLAMAÇÃO CONTRA RETENÇÃO DE RECURSO ESPECIAL, CONSOANTE SISTEMÁTICA PREVISTA NO ART. 543-C DO CPC. NÃO CABIMENTO. RECLAMAÇÃO INDEFERIDA.

1. Não há previsão legal para o ajuizamento de reclamação contra decisão do Tribunal a quo que obsta o seguimento de recurso especial, com fundamento no art. 543-C do CPC.

2. Na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal e desta Corte, para impugnar decisum que sobresta, supostamente de maneira equivocada, recurso especial com base no 543-C do CPC, é cabível agravo interno a ser examinado pelo Tribunal de origem.

3. Não é admitida a utilização de reclamação como sucedâneo recursal.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg na Rcl 4.231/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Segunda Seção, julgado em 8/8/2012, DJe 15/8/2012 - sem destaque no original)

Não procede, portanto, a reclamação.

Nessas condições, com base no art. 34, XVIII, *a*, do Regimento Interno

Superior Tribunal de Justiça

do Superior Tribunal de Justiça, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO formulado na presente reclamação.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
RELATOR

